



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6405 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: UM ESTUDO SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO MILITAR NO MARANHÃO**

Helio Cleidilson de Oliveira Sena - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

**NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO: UM ESTUDO SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO MILITAR NO MARANHÃO**

**1 SOBRE A PESQUISA**

O estudo sobre o ensino militar tem a sua relevância, levando em consideração o seu aumento a cada ano por todo o Brasil, principalmente na forma de uma gestão híbrida de colégios das Polícias Militares (PM) e do Corpo de Bombeiros Militares (CBM) com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e, recentemente, através do programa de fomento às escolas cívico-militares pelo Governo Federal. Além disso, as pesquisas sobre a expansão do ensino militar possibilitam um maior conhecimento sobre como se gestam e ampliam as leis de criação e os acordos de cooperação ou convênios entre os órgãos.

A rede pública de ensino tem passado por várias dificuldades que aqui destaco: o alargamento das funções da escola, a precarização do trabalho docente, a reconfiguração do papel do estado e a pulverização de responsabilidades com a sociedade civil. Tais questões fizeram com que eu passasse a problematizar o que tem sido entendido como “crise” da educação e as supostas soluções colocadas em circulação por diferentes atores. E é justamente nesse cenário dos parceiros da educação que penso ser fundamental estudar melhor a parceria entre Redes Públicas Estaduais e Municipais de Ensino e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), através da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA).

Este trabalho emergiu de uma pesquisa maior que investiga o que tem mobilizado as Redes de Ensino Público do Maranhão a firmarem parcerias com o Corpo de Bombeiros Militar, possibilitando que ele assuma a gestão administrativa de algumas de suas escolas. No presente recorte, analiso como se gestam os termos de cooperação técnica entre as Redes de Ensino Público do Maranhão e a SSP/MA.

No que diz respeito à metodologia, optei pela análise documental. Inspirado em Foucault (2013), observo que os documentos são analisados a partir da sua monumentalidade.

A transformação dos documentos em monumentos envolve buscar “[...] reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. (FOUCAULT, 2013, p. 8). Especificamente, analisei cinco leis de criação dos colégios militares e oito termos de cooperação técnica do Maranhão para melhor entender como estão sendo constituídas as parcerias que estão transformando as escolas públicas do ensino regular em colégios militares.

No Maranhão, atualmente, existem 17 colégios militares, sendo sete de dependência estadual e 10 de dependência municipal, dentre os quais seis estão sob a gestão da polícia militar e 11 sob gestão do corpo de bombeiros.

Nas próximas seções, apresento um breve histórico dos colégios militares no Brasil e faço uma breve discussão do neoliberalismo na interface com o conservadorismo, além de abordar os resultados do recorte da pesquisa aqui apresentado. Por fim, apresento a conclusão do estudo.

## 2 SOBRE OS COLÉGIOS MILITARES

Os colégios militares no Brasil tiveram origem através do Exército Brasileiro, sendo implantado seu primeiro colégio em 1889, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), dando início a um sistema de colégios pelo Brasil. Atualmente, existem várias unidades que pertencem às Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal e que são administradas pelas PM e pelos CBM dos estados. (CASTRO, 2016, p. 14).

Assim, os colégios militares, atualmente, existem nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), sendo administrados pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), no âmbito federal, e pelas PM e CBM estaduais nos âmbitos estadual e municipal, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

O quantitativo de colégios militares nos âmbitos federal, estadual e municipal por regiões é assim distribuído: Centro-Oeste (72); Nordeste (43); Norte (62); Sudeste (48); e Sul (17), totalizando 242 colégios. (BRASIL, 2014, 2015, 2017, 2019).

No Quadro 1, a seguir, mostro o quantitativo de colégios militares por instituição, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), mostrando que 84% dos colégios militares fazem parte das polícias militares dos estados.

Quadro 1 – Quantitativo de colégios militares por instituição

Ord.	Instituição	Quantidade
01	Marinha	3
02	Aeronáutica	5
03	Exército	13
04	Corpo de Bombeiros Militar	17
05	Polícia Militar	204
<b>Total</b>		<b>242</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2014, 2015, 2017, 2019) e dados fornecidos pelo PMMA e pelo CBMMA.

Dentro deste contexto, o quantitativo de colégios militares das redes de ensino por dependência são: privada (11), municipal (15), federal (21) e estadual (195), observando que

a dependência estadual possui um percentual de 80% dos colégios.

Dentre os estados brasileiros, Goiás tem se destacado no cenário nacional por seu grande número de escolas que se tornaram militarizadas. Tais transformações das escolas públicas em colégios militares se deu a partir de 1988, expandindo-se ao longo das últimas décadas. O estado mais que dobrou o número de escolas militarizadas após 2013. (CASTRO, 2016).

Segundo Castro (2016), das 27 Unidades da Federação, 21 possuem colégios da educação básica geridos pela Polícia Militar. Paraná, Paraíba, Mato Grosso, Roraima, Alagoas e o Distrito Federal contam com um único estabelecimento cada. Já Pernambuco, Piauí, Ceará, Santa Catarina, Rondônia e Tocantins contam com dois colégios cada. Outros estados com quantitativo maior desse tipo de instituição escolar são Maranhão (3), Amazonas (4), Rio Grande do Sul (7) e Bahia (13). Minas Gerais (22) e Goiás (26) destacam-se por uma quantidade de escolas bem superior à dos demais estados. Conforme já mencionado, a gestão dos colégios militares das Forças Armadas é de exclusividade dos servidores militares e civis que fazem parte da instituição. Já para os colégios militares que fazem parte da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, há a formação de uma gestão híbrida, dividida entre os militares e os servidores das secretarias de educação, ficando a gestão geral e a parte disciplinar com os militares e a gestão pedagógica com os servidores civis das Secretarias Estaduais ou Municipais.

As escolas públicas que estão se transformando em colégios militares têm crescido ao longo desta última década. Esse novo modelo de gestão entre estados e municípios é respaldado nos termos de cooperação com as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Na próxima seção, discuto o contexto em que tal expansão se inscreve.

### 3 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

Início a discussão desta pesquisa tratando do neoliberalismo na sua interface com o neoconservadorismo, cuja discussão é recente, mas central na presente investigação. O neoconservadorismo explica, em grande medida, o cenário no qual estamos inseridos e contribui para a contextualização da presente investigação. As parcerias estudadas (entre Redes Municipais e Estaduais de Ensino e as SSP) se inserem nesse âmbito.

O neoliberalismo é concebido como uma racionalidade que afeta profundamente nossos modos de ser e de estar no mundo. As políticas compensatórias (escassez de recursos governamentais que se voltam para parte da população em situação de miséria) são alvo permanente de críticas dos grupos neoconservadores.

Não pretendo discutir neste trabalho, de forma aprofundada, a racionalidade neoliberal, mas é nesse contexto de estado forte guardião do direito privado que muitas das parcerias se estabelecem na área da educação. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 272),

[...] não basta constatar a continuidade da intervenção do Estado, ainda é preciso analisar de perto seus objetivos e os métodos que emprega. Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capitalismo quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram grupos considerados neoconservadores em oposição ao liberalismo estadunidense. Os neoconservadores partiram do mesmo princípio

dos neoliberais, ao conceberem que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam prejuízos à produtividade e desestimulavam o trabalho e a inovação. (MOLL, 2015). E é justamente a crítica neoconservadora em relação à intervenção do Estado no âmbito econômico e à valorização dos indivíduos o ponto em comum que aproxima neoconservadores e neoliberais. (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Diante da discussão apresentada até aqui, pode-se dizer que as reformas na área de educação têm sido perpassadas por uma agenda global de transformações, influenciadas por grupos neoliberais e neoconservadores que modificam significativamente a agenda educacional. Os populistas autoritários, por exemplo, “[...] baseiam suas posições sobre educação e política social em certas visões da autoridade bíblica, como a *moralidade cristã*, os papéis de gênero e da família”. (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 8, grifos dos autores). Eles colocam em circulação debates sobre livros didáticos e a mudança do seu conteúdo e sobre o ensino domiciliar (*homeschooling*), que entende que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo, já que na escola seus filhos precisam conviver com o diferente e, muitas vezes, com o imoral. (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Essa nova lógica de parcerias entre o público e o privado tem surgido por considerar a suposta ineficiência da gestão pública e a suposta eficiência da gestão empresarial, como se ela fosse capaz de alterar os problemas educacionais – que são produzidos em grande medida discursivamente. Em relação à educação, estabelece-se um plano de descentralização, passando-se para o setor público não estatal também os serviços educacionais. (COUTINHO, 2003). A autora refere que

[...] isso evidencia a existência de uma terceira esfera, além da esfera pública e da esfera privada: entre elas, há, nas formas contemporâneas de organização governamental, a esfera pública não-estatal. Neste sentido, distingue-se: esfera pública estatal, que envolve atividades exclusivas do Estado (cobrança e fiscalização de impostos, polícia, previdência social básica, serviços legislativos, judiciário...); esfera pública não-estatal, que envolve atividades não-exclusivas do Estado (educação, saúde, pesquisa científica, cultura...); esfera privada, que envolve a produção de bens e serviços para o mercado, voltados para o lucro e o consumo privado dos indivíduos ou dos grupos. De acordo com tal distinção, fala-se, pois, em dois processos também distintos: o da publicização, que consiste na transferência da execução de atividades do setor público estatal para o setor público não-estatal; e o da privatização, que consiste na transferência da execução de atividades do setor público estatal para o setor privado. (COUTINHO, 2003, p. 956-957).

Para finalizar, reforço que, conforme discuti ao longo desta seção, o neoliberalismo não é apenas uma forma de privatização, individualização e desgaste do Estado, mas atua por dentro das instituições do setor público e considera o Estado como criador de mercado. (BALL, 2014). As parcerias que tenho estudado são formadas nesse contexto complexo, em que o neoliberalismo e o neoconservadorismo se articulam e se diferenciam em algumas dimensões. Penso que as discussões apresentadas brevemente nesta seção são fundamentais para a compreensão dos discursos reformistas no bojo da racionalidade neoliberal em voga.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito do Estado do Maranhão, fazendo a análise das leis de criação e dos termos de cooperação técnica dos Colégios Militares do Corpo de Bombeiros (CMCB) e do Colégio Militar Tiradentes (CMT) da PM, destaco no Quadro 2, a ordem cronológica de implantação desses colégios.

Quadro 2 – Relação de colégios militares da PMMA e do CBMMA

<b>Data de assinatura das leis ou termos</b>	<b>Unidade do Estado</b>	<b>Dependência</b>	<b>Município Maranhão</b>
26/12/2005	CMCB I	Estadual	São Luís
28/11/2006	CMT I	Estadual	São Luís
17/07/2012	CMT II	Estadual	Imperatriz
17/07/2012	CMT III	Estadual	Bacabal
11/08/2016	CMT IV	Estadual	Caxias
16/03/2017	CMCB II	Municipal	S. J. Ribamar
16/03/2017	CMCB III	Municipal	S. J. Ribamar
31/03/2017	CMCB V	Municipal	Santa Rita
25/07/2017	CMCB IV	Municipal	Bacabeira
28/08/2017	CMT V	Estadual	Timon
23/09/2017	CMT VI	Municipal	S. J. Ribamar
07/12/2017	CMCB VI	Municipal	Timon
05/06/2018	CMCB VII	Municipal	Rosário
05/06/2018	CMCB VIII	Municipal	Rosário
14/12/2018	CMCB IX	Municipal	Caxias
05/02/2020	CMCB X	Municipal	Arari
05/02/2020	CMCB XI	Estadual	Barra do Corda
<b>Total</b>			<b>17</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela PMMA e CBMMA.

O CMCB I, vinculado ao sistema de ensino estadual, que absorveu a estrutura e os alunos matriculados da escola antiga, conforme previsto na lei, foi integrado à estrutura organizacional do CBMMA e mantido pela SSP e pela SEDUC. Os cargos provenientes do CBMMA e da SEDUC foram transferidos para a Unidade I do Colégio Militar 02 de Julho, podendo ser ocupados por militares e civis, e os cargos de comando/direção são específicos dos militares do Corpo de Bombeiros.

Os CMCB II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e CMT VI, vinculados aos sistemas de ensino municipais de suas cidades, foram celebrados através de termos de cooperação/convênio, que absorveram as estruturas das escolas municipais, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão e de prefeituras municipais, através de seus mantenedores – o CBM ou PM e as SEMED.

Conforme os termos de cooperação/convênio, dentro das obrigações de funcionamento e distribuição das atribuições, a SEMED ficou responsável por disponibilizar equipes da coordenação pedagógica, técnicos, administrativos e professores, além de gerir a manutenção, a limpeza e a merenda da escola, enquanto o CBM ou PM ficaram com as atribuições das equipes da direção-geral e do pessoal administrativo, além de ser responsável por materiais, equipamentos e viaturas.

Em conformidade com as cláusulas dos termos de cooperação/convênio, os colégios são vinculados ao sistema de ensino das SEMED dos municípios, mas é de competência do CBMMA ou PMMA estabelecerem suas normas de organização e funcionamento, em compatibilidade com as legislações pertinentes. Destaco, ainda, que todos os termos analisados têm um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogados mediante termo aditivo.

Em relação ao CMCB X (vinculado ao sistema de ensino municipal) e ao CMCB XI (vinculado ao sistema de ensino estadual/municipal), os termos de cooperação ainda estão em análise técnica, mas encontram-se previstos na Portaria nº 144 de 05 de fevereiro de 2020, da SSP MA, que dispõe sobre o Quadro de Organização e Distribuição (QOD) do CBMMA. Essa portaria, em relação aos CMCB, traz apenas o quadro de funções e o quantitativo de militares, com seus respectivos cargos dentro da estrutura administrativa dos colégios.

Os CMT I, II, III, IV, e V, vinculados ao sistema de ensino estadual, foram normalizados e estruturados legalmente. São integrados à estrutura organizacional da Polícia Militar, sendo mantidos pela SSP e pela SEDUC, responsável por disponibilizar os recursos humanos (técnicos, professores, equipe pedagógica, servidores de limpeza e segurança), materiais didáticos e equipamentos. Já a SSP, através da PM, é responsável por disponibilizar o corpo diretivo e administrativo, além de servidores para manutenção e segurança, materiais e equipamentos.

## 5 CONCLUSÃO

Diante das análises das leis de criação e dos termos de cooperação/convênio, foi possível compreender como se gestam e ampliam os acordos de cooperação entre a Secretaria de Segurança Pública e as Redes Estadual e Municipais de Educação do Maranhão. Os colégios de dependência estadual são criados por lei própria, com exceção do CMCB em Barra do Corda, em que há uma divisão de responsabilidade entre a SEDUC e as corporações da PMMA e da CBMMA. Dentro dos colégios de dependência municipal, também há uma divisão de responsabilidade com as SEMED, ficando, nos dois casos, a direção geral dos colégios com os militares.

Diante do exposto, é possível perceber que as ampliações dos colégios militares se inscrevem nas racionalidades neoliberal e neoconservadora, contexto em que as escolas passam a sofrer uma descentralização e a dividir responsabilidades com outras instituições. Tal divisão se dá de diferentes formas, como foi possível evidenciar nos termos de cooperação/convênios analisados.

## REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Listagem de Unidades da FAB. **Força Aérea Brasileira**, Brasília, 06 set. 2014. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/organizacoes/categoria/colegio>. Acesso em: 25 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Conheça os 13 Colégios Militares. **Exército Brasileiro**, Brasília, 29 maio 2015. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset\\_publisher/8E9mFznTIAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1](http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTIAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1). Acesso em: 25 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Colégio Naval. **Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha**, Brasília, 15 mar. 2017. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=colegionaval/colegio\\_princ](https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=colegionaval/colegio_princ). Acesso em: 25 maio 2019.
- BRASIL. **e-SIC:** Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Brasília, 2019. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **“Pedagógico” e “Disciplinar”**: O militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22204>. Acesso em: 19 mar. 2019.

COUTINHO, Karyne Dias. Educação como mercadoria: o público e o privado no caso dos shopping centers. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 955-982, set. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a11v2484.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e190901, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>.

MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Sem Diplomacia**, São Paulo, 23 jul. 2015. Disponível em: <http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Diferen%C3%A7as-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

**PALAVRAS-CHAVE**: Colégio Militar. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.